

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecil Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO IX

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL

**Gildecy Santos Pereira
Odete da Cruz Mendes**

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL

Gildeci Santos Pereira

Universidade Federal do Pará – Marabá-Pa

Odete da Cruz Mendes

Universidade Federal do Pará- Cametá-Pa

RESUMO: O artigo analisa o Plano de Ações Articuladas (PAR) na rede municipal de Marabá/Pa, sendo parte da Dissertação de Mestrado em Educação do PPGEDUC/UFPA. A metodologia é orientada pela abordagem qualitativa. O objetivo é analisar as concepções de gestão presentes no PAR e as possíveis iniciativas democráticas que decorreram da implementação desse plano a partir de 2007, em Marabá/Pa. Utilizamos como base os indicadores sobre a existência e funcionamento dos Conselhos deliberativos e de controle social. Conclui-se que embora esses colegiados assumam categorias importantes na organização da educação, a gestão é gerencial com ênfase nos resultados, ainda que haja um forte discurso acerca da gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Ações Articuladas; Gestão Educacional; Conselhos.

1. INTRODUÇÃO

Ao fazer uma imersão histórica acerca da administração constatamos por meio da literatura sobre a temática que esta está associada à evolução do modo de produção capitalista, cujos teóricos da Abordagem Clássica da Administração, Frederick Taylor (1856-1915) e Henry Fayol (1841-1925), sistematizaram as ideias de organização no plano empresarial com objetivo de maximizar os resultados, nos quais a hierarquização na organização das instituições produziu a separação entre o fazer e o pensar, entre concepção e execução, reforçando a exploração do homem própria da lógica de produção capitalista.

Os acúmulos da produção teórica da administração empresarial e das experiências desta foram aplicados na administração educacional no Brasil com forte viés até meados da década de 1980, denunciados por pensadores tais como: Carneiro Leão (1945), José Querino Ribeiro (1986), Lourenço Filho (2007) e Anísio Teixeira (1961, 1964, 1997). Tais concepções e posturas autoritárias e hierárquicas caracterizadas pela teoria clássica da administração foram fortemente incorporadas pelos diretores das escolas na década de 1970 e, em meados de 1980. Nessa perspectiva, a política educacional brasileira, inserida em uma política socioeconômica mais ampla, passou a considerar a educação como um fator de desenvolvimento econômico e social, e a escola como formadora de recursos humanos e criadora de tecnologia para o sistema produtivo.

Através da modernização administrativa objetivou-se dotar os sistemas de

ensino e as escolas, de estruturas administrativas semelhantes às empresas produtivas, bem como introduzir métodos e modelos tidos como válidos na administração de tais empresas, dando origem a uma verdadeira taylorização da educação, implantação de uma forma de organização de trabalho que pretendeu separar a concepção do trabalho pedagógico da execução.

Nessa perspectiva, foi adotada uma pedagogia tecnicista, com base em propostas pedagógicas incorporadas ao conceito de neutralidade, objetividade, racionalidade e eficiência, ao passo em que se propôs a reformulação de objetivos que passaram a ser quantificados, além da mecanização do processo ensino-aprendizagem e a especialização de funções.

De acordo com Teixeira (1987, p.77), a administração passou a ser vista como um processo constituído “de fases e funções das quais se destacaram as de planejar, organizar, dirigir e controlar”. Os sistemas de ensino intensificaram sua burocratização, provocando maior centralização e divisão do trabalho. No entanto, a gestão empresarial de base taylorista-fordista em meados da década de 1970 deu sinais de falência é esta é uma das razões pelas quais os sistemas educacionais em todo o mundo entraram em crise e começaram a ser reestruturados.

A partir das mudanças trazidas pela reabertura política da nação as teorias clássicas de administração dão sinais de falência, passando por redefinições, substituindo a hierarquização e concentração do poder nas mãos de poucos por processos mais abertos e democráticos, pelo menos, em termos formais.

As reivindicações situaram a democratização do Estado como pauta. Descentralização da gestão e transparência das ações públicas são orientações, dentre aquelas voltadas para as estratégias de administração das políticas do Estado. Para isso a participação dos sujeitos com direitos de se manifestar com relação à qualidade dos serviços prestados pelo Estado e com relação à forma como este é gerido culminou com o propósito de trazer os conselhos como mecanismos de representação, na desfiguração do legislativo, na fragilização da vida partidária com frequente extinção dos partidos estabelecidos e principalmente, no banimento das forças populares organizadas do cenário político. (LEME, 1992). As pautas exigiam ainda uma participação maior dos sujeitos envolvidos no processo educacional nas tomadas de decisões no âmbito das políticas educacionais e a abertura de canais de comunicação entre a população e o poder público.

A gestão democrática surge como elemento capaz de transformar a cultura de escola que passa a ser vista como o núcleo da gestão e como um espaço político, fundamentalmente, sobrepondo-se a dimensão técnica e negando a suposta neutralidade do sistema. Essa concepção é defendida por autores como: Miguel Arroyo (1979); Maria de Fátima Costa Félix (1984) e Vitor Paro (2010), trazendo para a discussão o fato da gestão.

A partir da década de 1990, as mudanças e redefinições expressas nas reformas educacionais, a influência e ingerência política dos organismos internacionais com suas orientações metodológicas para o setor educacional, sobretudo na gestão da educação pública, faz com que os modelos fundamentados na flexibilidade administrativa ganhassem espaço, ancorados na busca de melhoria

da qualidade da educação, objetivo mensurável e quantificável, em termos estatísticos, que poderiam ser alcançados a partir de inovações incrementais na organização e gestão do trabalho na escola. (OLIVEIRA, 1997).

Neste sentido, o conceito de gestão democrática e de qualidade na educação aparecem fortemente na justificativa das políticas oficiais, em particular, no Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” cuja ferramenta de materialidade da dimensão de gestão educacional é o Plano de Ações Articuladas (PAR), ainda que o termo qualidade apresente um caráter vago, podendo variar seu significado em diferentes contextos.

De acordo com Oliveira (1997), no geral, esta preocupação vem sendo associada à busca de otimização dos vínculos entre educação e necessidades requeridas pelas novas relações de produção e consumo.

Verificando-se que o desenvolvimento dessas políticas acontece em um determinado momento histórico e contemplam vários elementos, por vezes, contraditórios, pois respondem ao ritmo e à direção impressos pelo reordenamento do sistema capitalista, torna-se necessário analisar os princípios, pois embora haja certa abertura para o campo da gestão democrática, concordamos com a afirmação de Adrião e Camargo (2007, p.64) de que “todo e qualquer processo legislativo apresenta-se, em essência, como espaço de disputas entre diferentes interesses, muitas vezes antagônicos, e que a lei, como resultado daquele processo, expressa a síntese dos conflitos existentes”.

O texto ficou ao final subdividido em três partes. A primeira parte aborda a origem do PAR, seus fundamentos e os desdobramentos deste nos documentos oficiais, tomando o Plano de Desenvolvimento (PDE) como elemento de sustentação política e ideológica. A segunda parte aborda o PAR a partir das discussões teóricas e dos documentos, tendo em vista o estudo da temática da gestão educacional e, a terceira e última parte discorre sobre a origem dos conselhos como mecanismos de democratização das decisões no âmbito das instituições públicas e como indicadores de gestão democrática no PAR.

2. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, O PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO: O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM FOCO

O Movimento “Todos pela Educação” está atrelado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, que segundo Saviani (2007), teve recepção favorável pela opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa, pelo fato da repercussão positiva referir-se à questão da qualidade do ensino.

O PDE foi anunciado pelos vários discursos oficiais da época, como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar o problema da educação, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. Agregava ainda 30 (trinta) ações sobre os mais variados

aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

O governo brasileiro lançou o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, por meio do Decreto nº 6.094, de abril de 2007 como programa estratégico do PDE e parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para atender as exigências internacionais e nacionais de melhoria dos índices educacionais. Está pautado em 28 diretrizes e propõe a adesão voluntária por parte de estados e municípios e a articulação de esforços entre os entes federados para garantir melhores resultados na educação.

O Plano buscava regular um novo pacto federativo entre os diferentes sistemas educacionais brasileiros que conduzissem ao alinhamento e fortalecimento do nexos entre estes e, assim conjugar esforços para a melhoria da qualidade da educação.

As metas de melhoria da qualidade da Educação Básica têm como perspectiva a evolução positiva do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com o **Decreto nº 6.094**, a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007).

Sendo assim, o IDEB é concebido como um indicador objetivo que permitirá o monitoramento da evolução da situação educacional, compreendendo metas intermediárias (a cada dois anos) e finais (2021). A ideia é que seja possível estabelecer metas de qualidade de longo prazo para que cada escola ou rede de ensino as tomem a si como parâmetro e encontrem apoio para seu desenvolvimento institucional.

Essa política pública em educação está em pleno processo de implementação, através da segunda versão do Plano de Ações Articuladas (PAR), planejamento elaborado pelos 26 estados, Distrito Federal e 5.564 municípios que aderiram ao compromisso, assinando o termo de adesão ao Plano de Metas.

A primeira versão do PAR compreendeu o período de 2007 a 2011, a segunda versão no período de 2011 a 2014 e a terceira versão que ainda está em fase de alinhamento está em fase de construção e corresponde ao período de 2014 a 2018.

O PAR apresenta um caráter plurianual e multidimensional, o que facilita a implantação do regime de colaboração antes dificultado pela descontinuidade das políticas de governo. Essa temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvimento do regime de colaboração que é a descontinuidade das ações, a destruição da memória do que já foi adotado, e a reinvenção do que já foi inventado a cada troca de equipe.

No que se refere ao seu caráter multidimensional, o PAR estrutura-se em quatro dimensões: a gestão educacional; a formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; as práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura e recursos pedagógicos. Através de uma equipe local, elaboraram um diagnóstico da situação educacional para posteriormente elaborarem o PAR. Cada

dimensão desdobra-se em áreas, cada área em indicadores (total de 52). Esses indicadores são pontuados, na fase de diagnóstico, evidenciando as maiores fragilidades dos municípios e estados. Assim, são geradas ações e subações que podem ser executadas através de assistência técnica ou financeira da União ou com recursos técnicos e financeiros dos próprios municípios e estados para a melhoria da qualidade da educação local.

A adesão por parte dos estados e municípios é requisito básico para o apoio suplementar e para as “transferências voluntárias” da União às redes públicas de educação básica. O objetivo é que a assistência da União tida como “voluntária” seja direcionada às redes escolares públicas com índices mais baixos e que se comprometam com as metas do Compromisso e do PAR. O acompanhamento e a implementação do Plano é assumido coletivamente pelo município ou estado e sua implementação deveria ser acompanhada, diretamente, pelo Comitê Local de Acompanhamento.

Segundo Saviani (2007), o “Todos Pela Educação” é considerado um “projeto de nação” e não um projeto de uma organização específica e que o ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil.

Este pretende analisar quais as concepções de gestão presentes no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que é base de implementação do PAR, e as mudanças/ iniciativas democráticas possíveis de ocorrer nos municípios, após o referido Plano, com base nos indicadores que indicam a existência e funcionamento dos Conselhos Municipais e de controle social.

Nesse sentido, compreender as políticas educacionais, sobretudo no campo da gestão passa pela necessidade de reconhecer os condicionantes histórico-estruturais que conformaram a sociedade brasileira e que até hoje marcam as instituições públicas, sobretudo no campo educacional em que o agravante decorrente desse processo de descentralização tem se delineado por um movimento contraditório, uma vez que a gestão das políticas educacionais tem sido fortemente influenciadas pela centralização das decisões na esfera Federal sobre as esferas subnacionais, ou pela negação de participação dos sujeitos sociais nos processos decisórios nos diferentes espaços e instituições.

3. CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA MUNICIPAL: O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM FOCO

A gestão democrática da educação no Brasil se constitui enquanto uma norma jurídica desde a Constituição Federal de 1988. No entanto, sua regulamentação tem sugerido uma diversidade de interpretações que variam segundo o lugar e os agentes envolvidos.

Adrião e Camargo (2007) lembram que o contexto em que envolveu a elaboração da própria CF ainda era notadamente marcado pelos traços do caráter

autoritário e centralizador que caracterizou o funcionamento do estado brasileiro durante o regime militar, pautando-se pela necessidade de construir relações e liberdades mais democráticas e conseqüentemente, a defesa do aumento da permeabilidade ao controle público e às demandas sociais.

Neste sentido, ainda que os traços mais fortes desse autoritarismo tenha sido superado, os planos e programas educacionais que sucederam esse período, ainda trazem consigo as marcas do centralismo e das relações autoritárias da ditadura. (CAMINI, 2009, p.166) lembra que a discussão sobre o PDE não ocorreu de forma simultânea e coletiva, pois “os sujeitos foram sendo chamados, consultados e incorporados no decorrer da formulação e execução da política, sem constituir um processo efetivo de construção democrática”.

Partindo desses pressupostos, sobretudo na lógica da configuração do Plano de Ações Articuladas, implica-nos a tarefa de definir a participação enquanto um conceito polissêmico, que pode servir a diferentes interesses, visto que os estilos de participação, ideologicamente reforçam uma dada posição política e neste sentido, existem diversas arenas bem definidas, onde diferentes sujeitos agem em favor dos seus interesses particulares e de seus representados.

Nesse processo de luta pela hegemonia, ocorrem processos de disputas, conflitos, contradições, negociações, que por sua vez passa pelas mediações políticas tecidas pelos grupos ou classes sociais. Com base nesses pressupostos, as análises levam-nos a inferir que a fragilidade financeira dos municípios pode ser a grande causadora da falta de ‘resistência’ apresentada pelos municípios na “adesão voluntária ao PAR”, uma vez que as assessorias técnicas, financeiras e transferências redistributivas aos estados subnacionais, estão condicionadas a essa adesão, que se dá por meio de um “contrato de gestão”. Essa é uma característica que se acentuou ao longo de todo período autoritário, mas que de certa forma continua latente, embora revestido de um discurso democrático.

Neste sentido, o regime de colaboração proposto no PAR parte de uma concepção gerencialista, tendo como princípio a administração pública gerencial, que conforme definição de Bresser – Pereira (1997), tem como principais características:

a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente; b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controles dos procedimentos); c) fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou corpos de estado, e valorização do seu trabalho técnico e político de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas; d) separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas. [...] (BRESSER – PEREIRA, 1997, p. 42)

Conforme preconiza o autor, a administração gerencial tem características próprias, uma vez que ela é orientada para o cidadão-cliente e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores

de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

Em linhas gerais, implica “na ênfase na gerência de contratos, na introdução de mecanismos de mercado no setor público e a vinculação da remuneração com o desempenho.” Essa análise leva-nos a refletir que, ao propor o Plano de Ações Articuladas, a União estabelece em certa medida, seu papel protagonista, na definição das políticas educativas em âmbito nacional, exercendo como sempre o fez historicamente, seus mecanismos de controle e regulação dos sistemas, o que implica na perda da autonomia dos demais entes federados e na relativização da descentralização,

Uma das bases para sustentação dessa análise, está relacionada ao fato do governo federal ter estabelecido a Criação do IDEB, indicador com pontuação que varia na escala de zero a dez e com base nesse indicador, o governo seleciona os municípios que receberão recursos da União e assistência técnica adicionais. (CAMINI, 2009). Ou seja, à medida em que o governo mantém uma política de avaliação institucional já instituída o MEC enfatiza indicadores de “qualidade” como forma de verificar o desempenho, mantendo seu poder regulador e de controle, condicionando o recebimento dos recursos técnicos e financeiros à pontuação dos municípios, garantindo dessa forma seu poder de ingerência e permeabilidade, ao passo em que apenas desconcentra as ações, delegando tarefas aos demais entes federados. Assim, a descentralização tende a se caracterizar pela desconcentração, pois como afirma Mendes (2010), embora a descentralização e a desconcentração sejam categorias que em várias situações são tratadas como sinônimas, na verdade não o é e nem devem ser confundidas. A desconcentração é procedimento eminentemente interno, significando, tão somente, a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de acelerar a prestação do serviço. (Cf. Mendes, 2010). Já a ingerência e a permeabilidade se dão por meio dos convênios, contratos, aditivos, que, mais que instrumentos de descentralização, revelam-se objeto de delimitação de funções das diferentes instâncias.

Neste sentido, a instância que toma a iniciativa do convênio, nesse caso, o poder Central, define competências, áreas de ação, estipula critérios, determina prazos que devem ser seguidos pela outra parte conveniente, que se subordina a tais regras para receber recursos e partilhar da divisão das verbas. (WERLE, 2006, p. 31).

Nessa lógica, os mecanismos de participação coletiva que possibilitam a gestão democrática através de todos os segmentos da sociedade, deixam de ser considerados e, quando aceitos, exercem apenas a função de gestores de resultados, fragilizando a sociedade civil e esfacelando cada vez mais a participação popular efetiva nos processos de decisão.

4. CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL: PRINCIPAIS INDICADORES DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PAR

As diretrizes estabelecidas pelo **Decreto nº 6.094** estimulam o zelo pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos Conselhos de controle social; a promoção da gestão participativa na rede de ensino; a elaboração do Plano municipal de educação; a instalação de Conselho municipal de Educação, quando inexistentes e a fomentação e apoio aos conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos. (BRASIL, 2007).

Neste sentido, verifica-se que esse incentivo ao funcionamento dessas instâncias participativas, sobretudo com a participação da comunidade escolar sinaliza para uma proposta de gestão democrática, já que os conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2007, p. 7).

No entanto, essa forma de organização, em que pese a existência de profundas variações, não é nova na história. Particularmente no Brasil, a forma “conselhos” se insere na agenda política dos anos de 1970 e de 1980, adaptando-se aos modelos de participação vigentes. Assim, são criados pelo poder público, conselhos comunitários para negociar demandas dos movimentos populares e, pelo lado dos próprios movimentos, conselhos populares não institucionalizados, autônomos e reivindicativos.

De acordo com Gohn (2000), essas instâncias se constituem enquanto canais de participação que propiciam um novo padrão de relações entre o Estado e a sociedade ao viabilizarem a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação das políticas sociais, uma vez que possibilitam à população, o acesso aos espaços onde se tomam decisões políticas e criam condições para um sistema de vigilância sobre as gestões públicas, implicando em maior cobrança de prestação de contas do executivo.

Ao fazer uma análise dos conselhos no contexto neoliberal, LEHER (2004) lembra que a apropriação dos Conselhos feita pelo capitalismo, pelo pensamento liberal e pelo neoliberalismo tem um sentido completamente diferente da compreensão do pensamento da esquerda, representado por movimentos sociais de educadores, sindicatos e intelectuais políticos engajados e comprometidos com o processo de democratização.

Enquanto para este último, (esquerda), os conselhos tem a função de assegurar à auto-organização e autodeterminação dos trabalhadores, para os liberais e, sobretudo para os neoliberais, “os conselhos são instrumentos para ampliar a privatização do estado, conforme a lógica do capital” (LEHER, 2004, p. 30).

Como já foi explicitado, o PAR possui quatro dimensões. A primeira dimensão trata da Gestão Educacional, que é dividida em cinco áreas. Cada área se subdivide em indicadores, que por sua vez recebem pontuação que varia de 1 a 4, conforme critérios definidos no próprio PAR. Na Área 1 que compreende a Gestão Democrática,

o PAR estimula a criação, implementação e atuação de instâncias de democratização da Gestão, como a criação dos Conselho Municipal ou Estadual de Educação; Conselho Escolar; Conselhos de Controle Social (do FUNDEB, do PNAE); Eleição para diretor de escola; Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, dentre outros.

Entretanto, pensando no nível da participação e nos limites que a ela se impõem, verifica-se que nas políticas educacionais, o envolvimento da sociedade e dos cidadãos, nessas instâncias deliberativas, deveria ir além da formulação e da tomada de decisão. A participação, deve atingir a própria gestão dos recursos, a fiscalização e o controle das políticas públicas.

Segundo Mendes (2010, p. 138) a participação como forma de imposição de normas ou “regulação de cima” nada tem a ver com a proposta de participação como sustentáculo do controle social. A participação, em seu sentido pleno pode ser caracterizada por uma força de ação consciente, onde os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados. Cabe ainda nesse contexto, diferenciar o conceito de participação do conceito de adesão. Segundo Camini (2009, p. 240)

(...) a participação implica envolvimento direto dos sujeitos em todas as fases de desenvolvimento da política, com respeito às diferentes posições desses grupos sociais com poder de decisão na definição dos programas e das ações a serem executadas, já a adesão pode significar apenas o consentimento, a aceitação e a vinculação a um processo não necessariamente construído com a participação dos sujeitos e, portanto, não está de acordo com os princípios da gestão democrática.

Percebe-se, no entanto, que no campo das políticas educacionais, a história não se dá de forma linear, é um espaço de disputa no qual as mediações atenuam propostas que em diferentes momentos e contextos variam em função desta ou daquela classe, expressando as correlações de forças existentes na sociedade, e neste sentido, o conceito de gestão e de democracia, toma como pressuposto a sociedade enquanto classe, comportando neste sentido, visões diferenciadas no que diz respeito a compreensão desses conceitos.

Compreender os limites e as possibilidades de gestão democrática implica na interpretação das suas diferentes dimensões. Não basta que as instâncias de poder transnacional ou nacional instituem políticas educacionais, mesmo com a “participação” da sociedade, para que as mudanças aconteçam no âmbito da gestão. A construção de uma cultura efetivamente democrática não acontece por fora do complexo e multifacetado processo de consolidação da democracia.

Nessa perspectiva, é preciso considerar as particularidades de cada contexto e as mediações que se processam no âmbito políticos, administrativos e ideológicos, uma vez que no campo de disputa de interesses entre as classes, “a oferta dessas políticas públicas, seria uma forma indispensável para administrar conflitos” (MENDES, 2010, p. 23). Nessas circunstâncias, a mediação expressa relações concretas e vincula mutua e dialeticamente momentos de um todo, onde são

travadas relações contraditórias, mutuamente imbricadas, podendo ainda, essa mediação ser reprodutora da estruturação ideológica reinante ou crítica.

Os avanços no sentido de garantir a democratização e a qualidade social das políticas públicas dependem, pois, da correlação de forças que se estabelecem a cada momento histórico em que essas forças sociais entram em relação. Nesse embate, não se pode perder de vista que a disputa pela ampliação e democratização da gestão participativa precisa está presente no desenvolvimento da política educacional brasileira, não apenas no nível do discurso ideológico sobre a realidade, mas sobretudo nas ações e práticas que demanda divisão de responsabilidades e competências e descentralização do poder, de modo a buscar o compromisso comum com a qualidade de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as concepções de gestão presentes no PAR e as mudanças ou iniciativas democráticas que ocorreram nos municípios a partir dessa política a partir dos indicadores que estimulam a existência e funcionamento dos Conselhos Municipais e de controle social. A pesquisa aponta que, embora esses colegiados assumam categorias importantes para a organização da educação, a gestão é gerencial com ênfase nos resultados, ainda que haja um forte discurso acerca da gestão democrática.

Esse gerencialismo se revela na gestão dos sistemas de ensino, à medida em que o Plano mantém a centralidade das decisões no âmbito da União e descentraliza/desconcentra a realização das tarefas. A avaliação em larga escala fomentada pelo Plano é coerente com a lógica do mercado no domínio público, uma vez que estimula o ranqueamento e a produtividade com a finalidade de racionalizar recursos e instituir o economicismo na educação.

No caso da gestão educacional, os “contratos de gestão” são utilizados com o nome de “Termo de Compromisso”, que são estabelecidos entre o governo e os entes federados pelos quais se condiciona a liberação de recursos mediante o compromisso para o atendimento de metas estabelecidas tais como o IDEB.

Essa desconcentração ou delegação de tarefas com participação restrita nas decisões, característica da política do PDE, constitui-se, portanto, como ingerência da União sobre os municípios, o que compromete a ideia de autonomia própria da sua condição de ente federativo e certa passividade e permeabilidade dos demais entes.

Entretanto, não há como pensar um processo de gestão se esta não for essencialmente democrática, se entendemos que a “finalidade da gestão educacional é a educação e tendo esta um necessário componente democrático, é preciso que exista a coerência entre o objetivo e a mediação que lhe possibilite a realização, posto que fins democráticos não podem ser alcançados de forma autoritária” (PARO, 2001, p. 32).

Contudo, há incentivo ao funcionamento de conselhos municipais, conselhos

escolares e conselhos de controle social com a participação da comunidade escolar o que sinaliza para uma proposta de iniciativas democráticas, que podem ou não ocorrer, de acordo com os interesses e mediações que se estabelecem em cada classe ou grupo social, a exemplo do Comitê Local.

6. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. **A Gestão democrática na Constituição Federal de 1988**. In: ADRIÃO, Theresa ; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Gestão, Financiamento e direito a Educação: Análise da Constituição Federal e da LDB, São Paulo, Xamã, 2007.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismo de controle**. Brasília (DF): Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, n.1).

BRUNO, Lúcia Emilia Nuevo Barreto. Poder e administração no capitalismo contemporâneo In:OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997. p.15-45.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 243 de abr. 2007.

CAMINI, Lúcia. **A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões da nossa época; v. 84).

LEHER, Roberto. **O Conselho Nacional de Educação no contexto neoliberal: participação e consenso fabricado**. In: SCHEINVAR Estela; ALGEBAILÉ Eveline (Org). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LEME, Heládio José de Campos. **O federalismo na Constituição de 1988: Representação política e a distribuição de recursos tributários**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 1992.

MENDES, Odete da Cruz. **Gestão participativa em administrações municipais: caminhos e descaminhos do Programa Escola Caá-mutá do município de Cametá/PA**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de

Ciências Sociais Aplicadas, Natal 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; FÉLIX, Maria Fátima. **Política e gestão na educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In. PERONI, Vera Maria Vidal. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber livro 2013.

TEIXEIRA, Lucia Helena G.. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 34, n. 123, dez. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextHYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?". acesso em 23 jun. 2014.

WERLE, Flávia Obino Correa. **Sistema Municipal de Ensino e Regime de Colaboração**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2006. 320p.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darlucea@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleinarsufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3

